

## CADERNO DE PROGRAMAÇÃO – ST 7



ST 7 - Lei 10.639/2003, duas décadas depois: conquistas e desafios do/no  
Ensino de História

**Coordenação:**

Natália Batista Peçanha (Universidade Federal de Uberlândia)

Carlos Eduardo Moreira de Araújo (Universidade Federal de Uberlândia)



## PROGRAMAÇÃO

LINK DE ACESSO A SALA DO ST: <https://conferenciaweb.rnp.br/ufu/st-7-lei-10-639-2003-duas-decadas-depois>

<b>QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO – 14H00</b>	
<i>Negros não são descendentes de escravos: História e Ensino de História da Cultura Africana e Afro-Brasileira em duas escolas públicas da cidade de Parintins</i>	Liany Ribeiro Graça Geovana Gonçalves de Aguiar Universidade do Estado do Amazonas
<i>Os efeitos do curso Transgressão na formação das/os cursistas negras(os)</i>	Lucian Erlan Silva Domingues Astrogildo Fernandes da Silva Júnior Universidade Federal do Uberlândia
<i>A Educação Patrimonial Na Cidade De Ituiutaba-MG: estratégias didáticas para a apropriação e significação dos bens culturais</i>	Gabriel Silva Ribeiro Carlos Eduardo Moreira de Araújo Universidade Federal de Uberlândia
<i>Promovendo a Educação Antirracista: Contação de Histórias e Valorização da Identidade Negra na Semana Preta</i>	Giovanna Gondim Pedroso Ana Laura de Castro Vieira Universidade Federal de Uberlândia



**QUINTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO – 14H00**

*Da luta à promulgação da Lei Federal nº 10.639/2003*

Lúcia Helena dos Santos Oliveira  
Universidade Federal de Uberlândia

*Conhecer as professoras negras do passado para a construção de uma educação antirracista*

Cristiane Kozlowsky Neves  
Isabela Bolorini Jara  
Universidade Federal Fluminense

*Entre a Universidade e a Escola: Os impactos de um projeto de pesquisa em Ensino de História de cunho Antirracista e Decolonial*

Diego Santos Barbosa  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
William Mathias Moreira  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

*Uma história de mulheres negras nos livros didáticos: em busca de outras escritas e representações nos materiais do PNLD (2013-2023)*

Thaiane Sales Brandão  
Universidade Federal de Uberlândia



**Negros não são descendentes de escravos: História e Ensino de História da Cultura Africana e Afro-Brasileira em duas escolas públicas da cidade de Parintins**

**Liany Ribeiro Graça**

**Geovana Gonçalves de Aguiar**

Universidade do Estado do Amazonas

**Resumo:** O projeto de extensão “Negros não são descendentes de escravos: História e Ensino de História da Cultura Africana e Afro-brasileira em duas escolas públicas da cidade de Parintins” pretende contribuir para uma nova perspectiva de como a História da África e cultura Afro-brasileira deve ser abordada nas instituições de ensino, levando em consideração e destacando a rica herança cultural e social desses povos na formação do Brasil. Este projeto visa ser desenvolvido por acadêmicos do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) em parceria com as escolas, Tomaszinho Meireles – GM3 e Brandão de Amorim, pertencentes a rede estadual do município de Parintins e tende a incentivar os alunos, como também os professores, a olhar para a história dos negros, que é negligenciada, através de metodologias educativas que instiguem a participação dos alunos a investigarem entrarem em contato com as histórias e memórias de africanos e Afro-brasileiros, ocultas durante séculos. Com um importante papel a desenvolver, o projeto “Negros não são descendentes de escravos”, vem trazer questões fundamentais que cada vez mais ganham destaques nos debates políticos e no ceio da sociedade, e sob uma nova perspectiva esses temas podem ser explorados de uma maneira que venha exaltar a história e cultura desses povos e o reconhecimento da identidade negra. Em seu trabalho sobre a temática Moraes (2019) e Leite (2019) apontaram que se faz necessário valorizar as raízes de um país, compreendendo sua significância para a história na criação de uma identidade individual, para que seja derrubada a barreira de preconceitos.

### **Referências**

MORAIS, Patrícia Carla. LEITE, Rosana Quadros Santos. Literatura Afro-brasileira na Perspectiva de Novos Saberes no Ensino Fundamental II em Araguatins. Revista Humanidades e Inovação v.6, n. 2 – 2019.



## Uma história de mulheres negras nos livros didáticos: em busca de outras escritas e representações nos materiais do PNLD (2013-2023)

Thaiane Sales Brandão

Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** A promulgação da Lei 10.639/03- estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História da África e cultura Afro-brasileira na rede básica de ensino de todo o Brasil, transformando o campo educacional, sobretudo por que a lei evidenciou a falta de estudos e silenciamento do ensino voltado para o continente Africano e sua população. A ampliação da noção de diversidade na educação ocorreu no Brasil a partir da década de 1988, com a Constituição Cidadã que ressalta a obrigatoriedade de um ensino de História que explore as diversas culturas brasileiras. Portanto, o ambiente escolar precisou alterar o que se ensina e como se ensina. Baseado nessas descobertas históricas, a pesquisa proposta busca refletir sobre as representações de mulheres negras nos livros didáticos de História. O recorte temporal estabelecido são os anos de 2013 e 2023, dois anos importantes para a educação das relações étnico-raciais. Busco investigar os lugares que o feminino negro ocupa nos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a partir das coleções História, Sociedade e Cidadania e Projeto Araribá – História resultando em visibilizar as mulheres negras. A pesquisa examinará os conteúdos e iconografia dos livros didáticos de História em relação ao ensino de História da África, cultura Afro-brasileira e as representações de mulheres negras.

Palavras chaves: Livros Didáticos, Lei 10.639/03, Mulheres Negras.

### Referências

ABREU, M. e MATTOS, H. “Em torno das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 21, p.5- 20, 2008.

Cadernos PENESB – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, (n. 12) (2010) Rio de Janeiro/Niterói – Ed. ALTERNATIVA/EdUFF/2010.



AGUIAR, Márcia Ângela. Relato da Resistência à Instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação Mediante Pedido de vista e declarações de votos. In: . DOURADO, Luiz Fernandes (org.) A BNCC na Contramão do PNE 2014-2024: Avaliação e Perspectivas. Recife: ANPAE, 2018.

APOLINÁRIO, M. R. Projeto Araribá: História. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007.  
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 18 de maio de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003.

Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História/ Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Ftp/leg/lein9394.doc>. Acesso em: 21 junho 2023

Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.

Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004.

Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros Didáticos: Entre Textos e Imagens. In: (org.). O Saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

BUENO, João Batista. Imagens visuais em livros didáticos de História. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas/SP, v. 19, n. 2, p. 68-76, 2011.

GUIMARÃES, Maria; JUNIOR, Analdor Pinto. PNLD: as Formas de Controle e Avaliação das Metodologias de Leitura de Imagens Visuais Impressas nos Livros Didáticos de História no Tempo Presente. Cadernos do Tempo Presente. Sergipe, n. 09, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados. São Paulo/SP, v.17, n.49,



p.117-132, 2003.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Revista de sociologia e política. São Paulo/SP, p. 83-106, 2005.

CHOPPIN, A. Pasado y presente de los manuales escolares. In: BERRIO, J. R. La cultura escolar de Europa: tendencias históricas emergentes. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina. Getúlio Vargas: Perfis Parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

DE LUCA, Tania Regina, MIRANDA, Sonia Regina. O Livro Didático de História Hoje: Um Panorama a partir do PNLD. Revista Brasileira de História. São Paulo/SP, v. 24, p. 123-144, 2004.

DEL PRIORE, Mary. Mulheres no Brasil colonial. Editora Contexto, 2000.

FERNADES, Ana Claudia. Araribá Mais História. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018.

FRANÇOSO, Fernanda Gomes. Os lugares de mulheres negras em materiais didáticos de história da secretaria da educação do estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente/SP, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, Fernando Santos. O Negro no Livro Didático de História do Ensino Médio e a Lei 10.639/03. História & Ensino. Londrina/PR, v. 18, n. 1, p. 141-171, 2012.

JÚNIOR, A. B. História, Sociedade e Cidadania: História: Ensino Fundamental. 1 ed. São Paulo: FTD, 2009.

JÚNIOR, A. B. História Sociedade e Cidadania: História: Ensino fundamental. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.

HOOKS, Bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MORAES, R. "O Ensino da Cultura e História Afro-brasileira e Indígena na Educação Básica, o desafio de professores, alunos e ações governamentais." História e Perspectivas. Uberlândia (53): 239-263, jan./jun. 2015.



MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre História e Historiografia das Mulheres. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia, v. 31, n. 1, 2018.

OLIVA, A. R. "A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática." Estudos Afro-asiáticos. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 421- 461, 2003.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues. Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018). Revista Estudos Feministas. Florianópolis/SC, v. 27, 2019.

PEREIRA, A. A. "A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil". Cadernos de História. Belo Horizonte, v. 12, n. 17, p. 25-45, 2011.

PERROT, M. Mi historia de las mujeres. 1. ed. (1. reimp.). Buenos Aires: Fondo Cultura Económica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. "Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?" Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n. 62, dez., p. 20-31, 2015.

SILVA, A. C. S. Representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. Educação & Realidade. Rio Grande do Sul, v. 37, p. 803-821, 2012.

REIS, Daniel Aarão. A Constituição Cidadã e os Legados da Ditadura. Locus: Revista de História. Juiz de Fora/MG v. 24, n. 2, 2018.



## Os efeitos do curso Transnegressão na formação das/os cursistas negras(os)

Lucian Erlan Silva Domingues

Astrogildo Fernandes da Silva Júnior

Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), na Linha Saberes e Práticas Educativas. A investigação partiu do seguinte questionamento: Quais os efeitos do Curso TransNegressão na formação dos cursistas/professoras/es negras/os? A partir dessa questão delimitou-se o objetivo geral da pesquisa que consiste em analisar os efeitos do Curso TransNegressão na formação de professores, professoras e cursistas negras/os que concluíram o Curso. Como objetivos específicos buscou-se: i) refletir sobre o processo histórico vivenciado pelas(os) sujeitos negras(os) no Brasil e registrar o que dizem as/os participantes da pesquisa sobre o que é ser negra/o no Brasil; ii) analisar a proposta do Curso TransNegressão como possibilidade de formação para o acesso na pós-graduação; iii) analisar a avaliação que os cursistas que concluíram o Curso, na sua formação. O desenvolvimento da pesquisa inspirou-se no pensamento decolonial e afrodiaspórico. Em relação à metodologia optou-se por privilegiar a abordagem qualitativa de pesquisa educacional, por favorecer uma visão ampla do objeto estudado e envolvimento do pesquisador com a realidade social, política, econômica e cultural. Dialogando com questões amplas no decorrer da investigação, o estudo qualitativo pode oferecer além da ampliação dos olhares a busca e anseios aos questionamentos colocados em questão. Trata-se de uma investigação qualitativa e os dados foram obtidos por meio de entrevistas concedidas pelas(os) coordenadoras(es) e cursistas participantes do projeto TransNegressão.

## Referências

CELLARD, André. (2008) "A análise documental". In: Poupart, Jean. (2008) A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, pp. 295-316.



COSTA. Joaze Bernardino. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. (Orgs.) Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FANON, F. Peles negras, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.



## Da luta à promulgação da Lei Federal nº 10.639/2003

Lúcia Helena dos Santos Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** Nessa apresentação abordarei os debates iniciais da minha pesquisa em andamento para o Trabalho de Conclusão de Curso, que tem por objetivo analisar o processo de tramitação da Lei Federal nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tornando obrigatório o ensino de História Africana e Afro-brasileira no ensino básico, considerando os vários projetos de lei apresentados, com as suas modificações, os debates que ocorreram na Câmara dos Deputados, as influências políticas, até a chegada na configuração final da lei que foi promulgada. Partimos da compreensão de que a Lei nº 10.639/2003 é fruto da luta e reivindicações dos movimentos negros desde o início do século XX, em especial o Movimento Negro Contemporâneo (Pereira, 2013) que a partir da fundação do Movimento Negro Unificado – MNU, em 1978, passa a adentrar na política institucional, a fim de conquistar as suas demandas. Além disso, ao contextualizar esse processo em meio as políticas educacionais, nacionais e internacionais, tomamos como base o debate feito por Michael W. Apple (2002), que entende o currículo enquanto um ambiente de disputa, que parte de uma tradição seletiva que serve aos interesses de alguém, ou algum grupo. Revisitar os debates e processos que levaram a promulgação da lei que é considerada uma das grandes vitórias do Movimento Negro Contemporâneo torna-se cada dia mais relevante na história recente da política brasileira, e mundial, onde políticas de ações afirmativas, como as cotas, estão sendo revisadas, e muitas conquistas que eram vistas como consolidadas sofrem constantes ataques. Assim, a partir do debate de Nilma Lino Gomes (2017), que compreende o Movimento Negro como educador, percebemos a importância de retomarmos a lei após vinte anos de sua promulgação, para obtenção de tecnologias de luta, resistência e política.

Palavras-chaves: Lei nº 10.639/2003; Movimento Negro Contemporâneo; Educação.



## Referências

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PEREIRA, Amílcar Araújo. O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro, Pallas/Faperj, 2013.



## **A Educação Patrimonial Na Cidade De Ituiutaba-MG: estratégias didáticas para a apropriação e significação dos bens culturais.**

**Gabriel Silva Ribeiro**

**Carlos Eduardo Moreira de Araújo**

Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** Nesta comunicação apresentaremos os resultados do projeto vinculado ao Programa de Extensão Integração Universidade Federal de Uberlândia/Comunidade – PEIC 2022 / 2023 intitulado “A Educação Patrimonial na cidade de Ituiutaba-MG: estratégias didáticas para a apropriação e significação dos bens culturais”. O objetivo principal do projeto foi intensificar o processo de apropriação dos bens culturais da região do Triângulo Mineiro pelos alunos e alunas das escolas públicas da cidade utilizando o Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI) e as Praças Cônego Ângelo e 13 de maio, como espaços privilegiados para o exercício da cidadania através da educação patrimonial. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 enfatiza, em seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios. Da mesma forma, aderiu aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), promovendo o ensino de História a partir de temas próximos à vivência dos estudantes. A execução do projeto envolveu uma série de ações, incluindo uma pesquisa em fontes jornalísticas no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP) e a produção de posts na rede social Instagram (@epci\_ufu). A Educação Patrimonial desempenhou um papel central neste projeto, atuando como um instrumento de “alfabetização cultural” para os participantes. Isso permitiu que os alunos não apenas adquirissem conhecimento sobre a cultura local, mas também desenvolvessem a capacidade de interpretar e compreender seu contexto cultural. O projeto foi conduzido em várias etapas, desde a pesquisa, observação e registro até à exploração e apropriação de elementos culturais e patrimoniais locais. Essa abordagem procurou sensibilizar os educadores para a importância da preservação do patrimônio, elevando a autoestima das comunidades e dos indivíduos envolvidos. O Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI) desempenhou um papel crucial durante a implementação do projeto, tornando-se o espaço principal



para o aprendizado e a exploração dos estudantes do ensino fundamental. Os jovens tiveram a oportunidade de interagir com artefatos, documentos e exposições que retrataram a diversidade da cultura local. Essa abordagem prática e imersiva enriqueceu significativamente a experiência educacional dos participantes. Como resultado dessas ações, acreditamos que os participantes se tornarão cidadãos mais conscientes e comprometidos com a preservação e promoção de sua identidade cultural, contribuindo assim para o fortalecimento da herança cultural da região.

### Referências

BRASIL. MEC. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em 01/10/2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história. Brasília : MEC / SEF, 1998.

IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.



## Conhecer as professoras negras do passado para a construção de uma educação antirracista

Cristiane Kozlowsky Neves

Isabela Bolorini Jara

Universidade Federal Fluminense

**Resumo:** Ao realizarmos um balanço da produção acadêmica sobre a história da presença e da atuação de professoras negras no magistério primário brasileiro, foi possível observar relevante avanço nos estudos da área de História da Educação. Com objetivo de analisar as pesquisas com o enfoque dos estudos voltados para essa temática, três bancos de dados foram selecionados: a Revista Brasileira de Educação (RBE), a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) e as teses e dissertações disponíveis na página do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Nosso recorte cronológico inicial foram os trabalhos datados a partir dos últimos anos do século XIX e o marco final foram as pesquisas com recorte até os anos de 1920. De acordo com os estudos de Fonseca (2012) e Arantes, Gondra e Barros (2022), durante muito tempo a presença das populações negras na história da educação fora silenciada. Porém, o trabalho de Silva (2020; 2022), por exemplo, demonstra a potência que podem ter os estudos sobre professoras primárias negras que atuaram no passado, o que traz à tona a diversidade racial nas pesquisas da área. A pouca quantidade de estudos encontradas nos bancos de dados selecionados para a realização dessa pesquisa demonstra que ainda há muito trabalho para ser realizado acerca do professorado primário não branco que atuou no período que enfocamos. Maiores ainda são as lacunas se acrescentarmos a questão de gênero à equação. No entanto, os trabalhos analisados apresentam uma riqueza nas questões colocadas, fontes utilizadas e metodologias empregadas. São pesquisas que trazem um novo panorama para a história da educação, que permitem identificar nas mulheres e homens negros sujeitos históricos, protagonistas de suas vivências, capazes de aderirem aos projetos de escolarização não apenas na condição de alunas e alunos, mas também de professoras e professores. A área de História da Educação, além de ser um campo de pesquisa, também é uma disciplina para formação de professores no Brasil. Dessa maneira, a produção acadêmica que trata da população negra como agente nos



processos de escolarização deve ser incluída como parte da formação na licenciatura. Em 2004, a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana foi deliberada a reformulação do currículo das Licenciaturas. Contudo, a inclusão das pesquisas sobre a relação das populações negras com o processo de escolarização no Brasil, no ensino de História da Educação, ainda é insuficiente (BARROS, 2022). É necessário que os estudos que demonstram o protagonismo negro como agentes dos processos educativos historicamente cheguem às graduandas e graduandos das licenciaturas. A construção da educação antirracista precisa de professoras e professores com conhecimento e acesso às pesquisas que contribuam para história da participação de homens e mulheres não brancos na sociedade brasileira.

## Referências

ARANTES, A.; GONDRA, J. G.; BARROS, S. A. P. DE. História da Educação e Populações Negras. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 22, n. 1, 1 jul. 2022.

BARROS, S. A. P de. Sem romantizar e sem amnésia: História da Educação como ferramenta para uma educação antirracista. In: ECAR, Ariadne Lopes; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *História da educação: formação docente e a relação teoria-prática*. São Paulo: FEUSP, 2022.

FONSECA, M. V. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 7, n. 1 [13], p. 11-50, 9 fev. 2012.

SILVA, Luara dos Santos. Coema Hemetério dos Santos: A “flor de beleza” e “luz de amor”. *Trajetória de uma intelectual negra no pós-abolição carioca*. *Canoa do Tempo*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 28–50, 2020.

\_\_\_\_\_. *Histórias de professoras negras no Rio de Janeiro: experiências e tensões de classe, raça e gênero (1870-1920)*. 2022. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2022.



## **Entre a Universidade e a Escola: Os impactos de um projeto de pesquisa em Ensino de História de cunho Antirracista e Decolonial**

**Diego Santos Barbosa**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**William Mathias Moreira**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

**Resumo:** Esta apresentação tem como objetivo discutir os resultados da prática pedagógica que foi aplicado em seis turmas do 3º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Prof.ª Alda Bernardo dos Santos Tavares, que se localiza no município Magé, em Piabetá, no Rio de Janeiro, em 2022. Tal prática teve por finalidade utilizar duas histórias em quadrinhos nas aulas de História, sendo: “Angola Janga” (2017), de Marcelo D’Saete, e “Jeremias - Pele” (2018), de Rafael Calça e Jefferson Costa. A intenção projeto foi propor uma atividade prática pedagógica que cumprisse as exigências da Lei 10.639/03, que inclui no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” na Educação Básica, e do que está presente nas competências gerais 1, 3 e 9 da BNCC para o Ensino Médio, além das competências específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1 e 5.

### **Referências**

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9/01/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 2003.

D’SALETE, Marcelo. Angola Janga: uma história de Palmares. SP: Veneta, Brasil, 2017.



CALÇA, Rafael; COSTA, Jefferson. Graphic MSP: Jeremias - Pele. Barueri, SP: Panini, Brasil, 2018.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

VILELA, Túlio. Os quadrinhos na aula de História. In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro. (Org.). Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula. 2 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver;2009.



**Promovendo a Educação Antirracista: Contação de Histórias e Valorização da Identidade Negra na Semana Preta**

**Giovanna Gondim Pedroso**

**Ana Laura de Castro Vieira**

Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** Esta comunicação tem como objetivo relatar uma experiência, ocorrida no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia - ESEBA, através de um projeto desenvolvido pelo Núcleo Interdisciplinar História/Geografia do Programa de Residência Pedagógica/CAPES, em que foi proposto um momento de contação de histórias para os discentes do 1º e 2º período, durante a programação da Semana Preta em 2023. O evento Semana Preta é fruto do projeto "Construindo uma Escola Antirracista: Ingresso e Permanência na Educação Básica". Ele representa um encerramento deste projeto, tendo sua primeira edição ocorrido em 2022, seguida pela segunda edição em 2023. Durante essa semana os alunos se envolvem em uma série de atividades e diálogos que se concentram na temática do combate ao racismo e na promoção da igualdade racial, abordando questões relevantes de maneira adaptada e pedagógica. A intervenção baseou-se na realização de uma roda com as crianças e na narração do livro Cinderela e Chico Rei, de Cristina Agostinho e Ronaldo Simões Coelho - uma nova versão do conto clássico, em que Abioye, filha de reis africanos, vivia escravizada por uma família em Vila Rica e tem sua vida transformada após a intervenção de uma fada madrinha e seu encontro com Chico Rei. Para elucidar e tornar a contação mais didática, foram utilizados alguns recursos lúdicos, como os personagens e objetos citados na história, sendo retirados de um baú conforme a passagem dos acontecimentos, de modo a contextualizar a história e trazer concretude ao que está sendo narrado. Em seguida, estabelecemos um momento para dialogar com as crianças sobre o que entenderam do livro e se já conheciam a Cinderela descrita na história, o que acharam diferente em relação a outras narrativas que possam ter escutado anteriormente, de modo a realizar uma troca de experiências. Ao final, apresentamos e contextualizamos o instrumento agogô e tocamos uma música com ele, a fim de que as crianças também pudessem tocá-lo para reproduzir a valsa do baile da Cinderela. A atividade foi fundamentada no cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar, abrangendo disciplinas como História, Artes e Literatura, a fim de promover a valorização das relações étnico-culturais. Além disso, é importante que



crianças e adolescentes possuam acesso a situações que valorizem a negritude. As discussões do livro *Construindo uma Educação Antirracista: Reflexões, Afetos e Experiências*, produzido por parte do corpo docente da ESEBA, apontam a importância de falar sobre a representatividade do povo negro, como também observar e combater os estereótipos racistas do negro na sociedade e nos recursos educacionais. Assim, todas essas medidas são essenciais para promover o reconhecimento positivo sobre identidades da população negra, especialmente em um contexto em que a hegemonia cultural está associada à branquitude, tornando-se cada vez mais urgente a implementação de práticas pedagógicas subversivas e antirracistas.

### Referências

AGOSTINHO, Cristina; COELHO, Ronaldo Simões. *Cinderela e Chico Rei*. II. Walter Lara. Belo Horizonte: Mazza, 2015.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Lei 11.639/03 de 9 de Janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

SANTOS, Neli Edite dos; SANTOS, Fernanda Cássia dos; SILVA, Gabriela Martins; SOUSA, Léa Aureliano de (org.). *CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: reflexões, afetos e experiências*. Uberlândia: Editora Crv, 2022. 408 p.